

## CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Tombamento da Coleção Perseverança  
Processo de tombamento nº 1896-T-20  
Data da reunião: 12 de novembro de 2024  
Conselheira Relatora: Luciana Carvalho

### **Introdução**

A Coleção Perseverança formou-se a partir de um dos episódios mais chocantes de violência contra casas de culto e pessoas adeptas de religiões de matriz africana no Brasil. Ocorrido na noite de 1º de fevereiro de 1912, o Quebra-Quebra ou Quebra de Xangô atingiu em cheio os terreiros de candomblé de Maceió (AL) e adjacências, num contexto de rixas políticas eivadas de preconceito e discriminação em relação às práticas devocionais de mães, pais, filhas e filhos de santo e demais frequentadores daquelas casas religiosas.

Composta de 211 objetos ritualísticos saqueados dos terreiros atacados naquele episódio, a referida coleção é um testemunho singular da história, da presença e do vasto legado da população afrodescendente no Brasil. Como forma de reconhecimento do seu valor cultural, ela foi tombada pelo estado de Alagoas em 2013 e inscrita no Livro de Tombo nº 1 - Bens móveis, de Valor Arqueológico, Etnográfico, Histórico, Artístico, Bibliográfico ou Folclórico. Recentemente, em agosto de 2024, recebeu também a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), via tombamento provisório.

Este parecer visa a subsidiar a deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural quanto ao processo nº 1896-T-20, que trata do tombamento da Coleção Perseverança e de sua inscrição nos livros de tomo: das Belas Artes, Histórico, e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Construído com a anuência e a colaboração do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Ihgal), responsável pela guarda e proteção da coleção desde 1950, o processo em questão envolveu igualmente a participação de lideranças religiosas desde a sua concepção.

Sob os bons auspícios de uma gestão compartilhada que já se delinea, aproximando o Iphan, o Ihgal e lideranças religiosas, o fim último deste tombamento é conferir, além da proteção aos objetos, a reparação pelos imensuráveis danos causados aos povos de terreiro de Alagoas, antes reprimidos e saqueados em seus espaços sagrados, ora reconhecidos como detentores de um patrimônio que enriquece o Brasil. Que o

tombamento desta coleção nascida de um ato tão violento propicie paz e respeito à diversidade étnica e cultural neste país é a esperança desta relatora.

Para elaboração deste parecer contei com a ajuda de várias pessoas, em diferentes momentos. Agradeço à equipe do Iphan – do Departamento do Patrimônio Material, da Superintendência em Alagoas e da Secretaria do Conselho Consultivo – pelas providências administrativas e pelos subsídios técnicos oferecidos. Em especial, agradeço ao servidor público Maicon Marcante, pelo empenho em me propiciar as melhores condições de trabalho quando da visita técnica a Alagoas, no último dia 17 de outubro.

À toda a equipe técnica e à diretoria do Ighal, igualmente agradeço pelos ensinamentos acerca da coleção e de sua história, fornecidos com a paixão de quem se dedica a preservar um patrimônio. Faço-o na pessoa do estudioso da coleção, Fernando Andrade, que me brindou com duas obras fundamentais relativas ao tema, inclusive um livro de sua autoria.

Por fim, registro os mais sinceros agradecimentos a todas as lideranças religiosas que dedicaram seu tempo a compartilhar conhecimentos, experiências e expectativas em relação a este tombamento. Faço-o na pessoa do Pai Célio de Iemanjá, que protagonizou um dos momentos mais eloquentes da visita técnica à Coleção Perseverança, ao rememorar outros “quebras” que acometeram a população afrodescendente em Alagoas: a destruição de Palmares, em 1695; a separação de Pernambuco, em 1817; e a criação de federações de religiões de matriz africana na Era Vargas e nos governos militares, com o intuito de controlar e fiscalizar sua prática, além do próprio Quebra de Xangô, de que trata o próximo tópico.

### **Breve histórico da Coleção Perseverança**

Segundo o antropólogo Ulisses Rafael (2009; 2012), que se dedicou ao estudo do Quebra, a motivação explícita para a chamada Operação Xangô, em fevereiro de 1912, ligava-se à crença de que o então governador de Alagoas, Euclides Malta, vinha contando com o auxílio direto de pais e mães de santo para manter-se no poder por mais de uma década. Dizia-se então que, em troca de um tratamento complacente por parte das autoridades públicas, os terreiros de Maceió prestavam a Euclides Malta, identificado honrosamente como “Legba” ou “Papa do Xangô Alagoano”, proteção e poder supostamente obtidos por meio de “bruxaria”.

De fato, o período inaugurado em 1900 na política alagoana tornara-se conhecido como “Era dos Maltas”, não só devido à longa permanência de Euclides no Executivo,

mas porque este conseguiu garantir, por meio de alterações na legislação, que o próprio irmão se tornasse governador quando ele não podia assumir esse cargo (Rafael, 2009). Suas sucessivas gestões enfrentaram diversas turbulências, sem dúvida, mas nada comparado ao clima de instabilidade e insurreição instalado na campanha sucessória de 1911-1912, quando diferentes chefes políticos, órgãos de imprensa e bandos armados agiram diretamente para sua renúncia, consumada em março de 1912.

Um dos principais coletivos atuantes nesse momento foi a Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena, fundada em 17 de dezembro de 1911, que viria a protagonizar a onda de violência contra os xangôs, que supostamente conferiam sustentação política a Euclides Malta e seus correligionários, denominados “Lebas”. Como sustenta o pesquisador da Coleção Perseverança, Fernando Andrade (2014, p. 57), “a Operação Xangô foi deflagrada pela Liga dos Republicanos Combatentes após as suposições de que o governador estava solicitando os préstimos da importante religiosa Tia Marcelina, da Costa d’África”.

Tia Marcelina foi agredida com chutes e golpes na cabeça, vindo a falecer poucos dias após os ataques desferidos por uma turba formada por cerca de 500 pessoas, incluindo membros da liga, desertores do Batalhão de Polícia e populares que desfilaram pelas ruas de Maceió no terrível cortejo do Quebra, investindo contra dezenas de casas religiosas. Além do terreiro de Tia Marcelina, foram atacados os de Chico Foguinho, João Funfun, Pai Aurélio, Manoel Coutinho, João Catirina, Manoel Inglês, Manuel Guleiju, Pai Adolfo, Maria da Cruz, Manoel da Loló e Mestre Félix, entre outros localizados na capital alagoana, como demonstra a etnografia do evento realizada por Ulisses Rafael (2012). Ainda, segundo esse pesquisador, outros terreiros foram invadidos nos arredores da capital: em Pratagy, Atalaia, Santa Luzia do Norte, Alagoas e Tabuleiro do Pinto (Rafael, 2012).

Da onda de atrocidade, saque e destruição promovida pela Liga dos Republicanos Combatentes restou uma série de objetos ritualísticos (esculturas, indumentárias, instrumentos musicais e paramentos, entre outros) arrancados de mais de 30 terreiros. Muitos outros foram queimados em via pública. Outros, ainda, como uma escultura de Legba (entidade associada a Euclides Malta), foram expostos na redação do *Jornal de Alagoas* para satisfazer a curiosidade e o escárnio dos opositores do governador (Rafael, 2012). Ademais, em nova demonstração de violência para com os xangôs, a liga organizou na própria sede uma exposição dos objetos saqueados.

As peças foram arrumadas e dispostas segundo a classificação feita por um filho de santo, dos muitos que foram visitar os valiosos despojos, o qual explicou aos organizadores da exposição o significado de cada objeto, fazendo-os escrever em pedaços de papel os nomes de cada um deles (Rafael, 2012, p. 41).

Passado o furor dos ataques aos terreiros, a Liga dos Combatentes doou as referidas peças à Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, fundada em 30 de março de 1879 como entidade de auxílio aos caixeiros da capital alagoana (Andrade, 2014). A Sociedade mantinha um museu, onde o espólio do Quebra – então referido como Coleção Perseverança e Auxílio – ficou exposto durante 38 anos, em relativo esquecimento.

O silêncio que se abateu sobre a coleção nascida de tamanha violência também assaltou os terreiros alagoanos, levando o médico e folclorista Gonçalves Fernandes, durante uma visita a Maceió, em 1939, a designar uma “nova seita afro-brasileira – o xangô-rezado-baixo” (Fernandes, 1941). Segundo Rafael (2012, p. 43), tratava-se de cultos realizados “sem música, sem danças, sem toadas [...], sem a presença dos objetos litúrgicos que sempre foram a marca desse tipo de cerimônia”, caracterizados por “orações sussurradas, acompanhadas de palmas discretas” (Rafael, 2012, p. 44).

Embora esse silêncio fosse relativo, adotado como estratégia de continuidade dos próprios cultos, o historiador Clébio Araújo (2009), ou Clébio Ifatomisin, destaca que a repressão deflagrada a partir do Quebra trouxe imensuráveis prejuízos aos povos de terreiro de Alagoas. Além das agressões sofridas pelas pessoas e da perda de parte significativa do patrimônio material das casas de xangô, o contexto estimulou a dispersão de sacerdotes por outros estados, levando consigo saberes singulares do patrimônio imaterial daquelas casas, que, segundo Adinolfi (2012), praticavam uma modalidade de religião das nações Nagô e Xambá, distinta tanto dos candomblés de matriz Ketu da Bahia quanto dos xangôs pernambucanos.

Nesse contexto, os objetos arrancados de seus espaços sagrados no fatídico evento do Quebra tornaram-se os testemunhos mais eloquentes das crenças, tradições e conhecimentos neles materializados. Como tais, chamaram atenção do médico e antropólogo alagoano, autor de importantes estudos sobre relações raciais e folclore, Artur Ramos, que, em 1934 visitou a coleção no museu da Sociedade Perseverança. Uma publicação na Gazeta de Alagoas exaltou a visita do intelectual, por trazer “à luz das modernas investigações científicas” (Gazeta de Alagoas, 1934 *apud* Andrade, 2014, p. 65) as preciosidades daquele acervo.

Além de Ramos, o psiquiatra Ulisses Pernambucano e o antropólogo Gilberto Freyre visitaram o museu da Sociedade Perseverança. Um artigo deste último, publicado nos Estados Unidos, teria despertado em uma instituição norte-americana o interesse de adquirir as peças dos antigos xangôs alagoanos. Mais uma vez, a Gazeta de Alagoas manifestou-se em relação ao valor daquele raro acervo, numa notícia de 1939 que alertou sobre a possibilidade de Alagoas vir a perder “um patrimônio inestimável” (Gazeta de Alagoas, 1939 *apud* Andrade, 2014, p. 69).

A possível venda não se consumou, mas, na década seguinte, tendo em vista a dissolução da Sociedade Perseverança, seus diretores e a diretoria do Ighal, tendo à frente o presidente Orlando Araújo e os sócios efetivos Abelardo Duarte e Théo Brandão, trataram da transferência dos objetos ritualísticos dos xangôs alagoanos para esse instituto. Àquela altura, o museu da Sociedade estava praticamente extinto, e “as peças que restavam encontravam-se atiradas mesmo ao desprezo completo, abandonadas no porão do prédio-sede” (Duarte, 1974, p. 11). No “Bosquejo histórico” dedicado à coleção, Duarte (1974, p. 11) rememora ter, naquele momento, alertado aos sócios do então chamado Instituto Histórico de Alagoas que “um preposto de firma ou organização americana, estadunidense” pretendia adquirir os objetos dos cultos de xangô, por ele avaliados como um conjunto raro, cuja perda seria irreparável.

O Instituto Histórico de Alagoas, atualmente Instituto Histórico e Geográfico, é uma organização privada, fundada em 2 de dezembro de 1869, com o objetivo de realizar estudos nos campos da história, da geografia e das ciências sociais. Graças ao alerta de Abelardo Duarte e aos cuidados de seus sócios, em 1950, essa instituição recebeu como doação aquela que passou a ser chamada Coleção Perseverança. Desde então, o Ighal tem se empenhado para preservá-la, pesquisá-la e exhibi-la, com o compromisso de fazê-la acessível ao público em geral.

No Ighal, a coleção tem sido recorrentemente estudada e catalogada: primeiramente, por Abelardo Duarte, autor do *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*, publicado pela Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas em convênio com o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura, em 1974; depois, por Raul Lody, autor de *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano*, uma publicação conjunta da Universidade Federal de Alagoas e da Fundação Nacional de Arte, de 1985; na década passada, por Fernando Andrade, que escreveu *Legba: a guerra contra o Xangô em 1912*, publicado pelo Senado Federal em 2014, e por Larissa Fontes, que defendeu em 2019, na Universidade de Lyon (França), a tese de

doutorado *Antropologia de um museu silencioso: a Coleção Perseverança e as questões da memória em torno do xangô alagoano (Maceió – Brasil)*; e, por último, por Anderson Almeida, autor da tese de doutorado em Artes Visuais *Nas cinzas da Coleção Perseverança, a memória arde: a mão afro-alagoana além da quebra do xangô*, defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além deles, outros pesquisadores têm se dedicado a diferentes aspectos dos processos sociais que envolvem a coleção, entre eles o já citado antropólogo Ulisses Rafael, autor de *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República*, livro decorrente de sua tese de doutorado em Antropologia, publicado em 2012; e o próprio servidor do Iphan, Maicon Marcante, que em 2023 defendeu na Universidade Federal de Alagoas a dissertação de mestrado em Antropologia intitulada *Coleção Perseverança: uma etnografia da mediação no processo de patrimonialização*, cujo foco recai sobre a construção de instâncias de mediação e interlocução com lideranças de povos de terreiro no contexto de instrução do processo de tombamento da coleção, objeto da seção seguinte.

### **O processo de tombamento**

O documento inaugural do processo nº 1896-T-20 é um ofício da antropóloga e servidora da Superintendência do Iphan na Bahia, Maria Paula Adinolfi, encaminhado em 5 de janeiro de 2011 ao Superintendente Estadual do Iphan em Alagoas, Mario Aloisio Barreto Melo. Afastada do país para realizar curso de doutorado envolvendo o Quebra dos Xangôs em Maceió, ela solicitou o tombamento da Coleção Perseverança com base em uma série de justificativas e propôs medidas de acautelamento complementares. Ela narrou, ainda, que essa solicitação havia sido discutida e acordada com o presidente do Iphan, Sr. Jayme Lustosa de Altavilla, em 2010, bem como com diversas lideranças religiosas afro-brasileiras de Maceió, representantes de movimentos sociais negros, membros da academia e personalidades do cenário cultural, social, acadêmico e religioso em Alagoas.

Do pedido feito por Maria Paula Adinolfi destacam-se apreensões relativas: i) ao fato de a coleção não gozar do devido reconhecimento e da necessária divulgação, sobretudo entre o próprio povo de santo; ii) às condições de conservação das peças, dadas as limitações técnicas e materiais do Iphan, apesar de todos os esforços institucionais para cumprir da melhor forma com o dever de preservação desse patrimônio; iii) à concepção

museográfica da exposição, que poderia ser reformulada para melhor contextualizar os objetos.

Cerca de um ano depois, em 11 de janeiro de 2012, o técnico do Iphan-AL, Sandro Gama de Araújo, encaminhou o pedido feito por Maria Paula Adinolfi ao então Superintendente Mário Aloísio Barreto Melo, junto com o e-mail enviado pela requerente e um texto de Clarival do Prado Valadares extraído da Revista Brasileira de Cultura, de 1969.

Logo em seguida, em 13 de janeiro de 2012, o presidente do Ighal também escreveu ao Superintendente do Iphan em Alagoas, solicitando o tombamento da Coleção Perseverança. Em anexo à solicitação, foram encaminhados: i) um relatório do Secretário Perpétuo do instituto, Abelardo Duarte, com registro da incorporação da coleção pelo Ighal; ii) uma cópia do catálogo da coleção elaborado por esse último; iii) uma nota de esclarecimento do ex-presidente Ighal, José Lages Filho; e iv) cópias de recortes de jornais e do catálogo produzido por Raul Lody, entre outros.

Ressalta-se que o fato de o pleito pelo tombamento da Coleção Perseverança se intensificar em 2012 é muito significativo, pois marca o primeiro centenário do Quebra, naquele ano comemorado em Maceió com a realização do evento denominado Xangô Rezado Alto nos dias 1º e 2 de fevereiro. Conta Ulisses Rafael (2020, p. 292) que tal evento “começou com cortejo realizado por integrantes dos principais terreiros locais pelas ruas centrais de Maceió e culminou com a realização da solenidade do ‘pedido de perdão oficial’”, feito pelo governador aos povos de terreiro alagoanos. Desde então, o Xangô Rezado Alto tem celebrado a legitimidade, a resistência, a memória e as tradições das religiões de matriz africana.

Nota-se, ainda que, no bojo de um processo de reparação e reconhecimento dessas religiões, o estado de Alagoas procedeu ao tombamento da Coleção Perseverança por meio do Decreto nº 25.864, de 11 de abril de 2013, ao passo que, na instância federal, a sugestão de abertura do processo de tombamento na série “T” foi feita em 23 de dezembro de 2019, por meio do Despacho nº 781.2019, da técnica Thalianne Guerreiro, do Iphan-AL. A técnica indicou a possibilidade de envolvimento da equipe do Iphan-AL na elaboração do parecer sobre a pertinência do tombamento, o que envolveria discussões com os representantes de terreiros em Maceió para ampliar a discussão sobre o bem. Ela sinalizou, porém, a necessidade de apoio técnico de especialista em bens móveis para avaliação do estado de conservação das peças, função que será, mais tarde, designada a Ana Cláudia Magalhães.

A essa altura, havia sido juntada ao processo a recente tese de doutorado de Larissa Fontes (2019), com um inventário e fotografias das peças integrantes da coleção, além de uma breve exposição de motivos sobre a importância do bem e recortes de revista, catálogos e artigos. Com esse conjunto de documentos, em 18 de fevereiro de 2020 solicitou-se ao Arquivo Central do Iphan a abertura do processo “T” referente ao bem “Coleção Perseverança e Auxílio”, finalmente aberto no dia 20 daquele mês sob o nº 1896-T-20.

A pandemia de covid-19 impediu, por diversos meses, a realização de visita técnica para diagnóstico de conservação das peças, o que só veio a ocorrer em novembro de 2023. Nesse ínterim, o processo foi devolvido ao Iphan-AL para instrução técnica, seguindo-se despacho do técnico Raul Brochado Maravalhas ao Coordenador-geral de Identificação e Reconhecimento, Adler Homero Fonseca de Castro, em 6 de julho de 2021, no qual se lê o seguinte destaque:

Quanto à justificativa para o tombamento, dentre outros, devem ser explicitados os valores relacionados ao bem identificados ao longo do processo e que justifiquem seu tombamento em nível federal, sempre a partir de critérios fundamentados na relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, e em consonância com o Decreto-Lei nº 25/1937 e respectivo enquadramento nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 375/2018 (Despacho nº 18/2021 COREC/CGID/DEPAM).

Em observância à necessidade de cumprir o disposto na Portaria nº 375/2018, que institui a política de patrimônio cultural material do Iphan, a Superintendência em Alagoas propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para dialogar sobre o propósito de tombamento da Coleção Perseverança. Com isso, a partir de 22 de agosto de 2022, foram enviados diversos ofícios a casas religiosas, universidades e organizações da sociedade civil, solicitando a indicação de representantes para composição do GT.

Entre as instituições convidadas a integrar o GT, pode-se citar: Ilê Alaketu Asé Akueran, Ilê Abassá de Angola Oyá Balé, Ile N’ife Omi Omo Posu Beta, Ilê Axé Legionirê Nitô Xoroquê, Casa de Caridade de Candomblé Ilê Axé Dara Xangô Oyá, Terreiro Abassa de Angola Oyá Balé, Ilê Egbé Àfàsókè Atílèhìn Vodun Azírí, Terreiro Aldeia dos Orixás, Instituto do Negro de Alagoas, Núcleo de Cultura Afro Brasileira Iyá Ogunte do Axé Pratagy, Associação das Ekedys de Alagoas, Núcleo de Estudos AfroBrasileiros da Universidade Estadual de Alagoas e Comissão Permanente de Promoção da Igualdade Racial da OAB/AL. Segundo o servidor Maicon Marcante, que conduziu o GT, pessoas como Mãe Mirian, Pai Célio Rodrigues, Pai Manoel Xoroquê, Pai Alex de Arapiraca, Mãe Neide, Mãe Cris de Santana de Ipanema e Clébio de Araújo,



entre outras, trouxeram fundamental contribuição ao grupo, que cresceu ao longo dos trabalhos agregando mais instituições como a Federação Zeladora das Religiões Tradicionais Afro Brasileiras, Federação dos Cultos e Afroumbandistas de Alagoas e a Rede Alagoana dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

O GT teve três ciclos de atividades. No primeiro, com sete encontros realizados em setembro e outubro de 2022, foi feita uma visita ao museu do Iphan e discutiram-se temas como a política patrimonial do Iphan, a atribuição de valores e a significação cultural da Coleção Perseverança como patrimônio cultural brasileiro. No segundo, com três encontros ampliados, foram envolvidos acadêmicos e intelectuais que estudaram a coleção. No terceiro e último ciclo, finalizado em março de 2023, o GT promoveu dois encontros para elaboração do dossiê de tombamento e das diretrizes pós-tombamento.

Em resumo, sobre os trabalhos coletivamente desenvolvidos, o Chefe da Divisão Técnica do Iphan-AL, Maicon Marcante, relatou no Despacho nº 1534, de 13 de dezembro de 2023:

Após a 3ª sessão do GT, a mobilização de religiosos/as avançou e incorporou mais algumas Casas ao Grupo de Trabalho. Mantemos a mobilização virtual por meio um grupo de WhatsApp que atualmente congrega 28 pessoas, incluindo o antropólogo Ivan Farias do MPF. Destacam-se ainda os contatos com a duas federações de terreiros de Alagoas. A elaboração do dossiê em coautoria encontra-se em sua fase final, mas ainda dependente de algumas contribuições que foram acordadas no GT. Essa elaboração conjunta é fundamental no processo e reflete a intenção de configurar a participação de religiosos/as no processo por meio do protagonismo também na grafia do texto que deverá explicitar os valores e a significação da Coleção Perseverança enquanto Patrimônio Cultural do Brasil.

Observa-se nos autos que, além dos encontros planejados no âmbito do GT, alguns de seus membros e do Iphan também participaram de reuniões com o Ministério Público Federal (MPF) em Arapiraca (AL). Uma delas, em outubro de 2023, teve o objetivo de “ouvir as lideranças religiosas sobre suas expectativas em relação ao processo de tombamento e ao acesso aos objetos sagrados que integram a Coleção Perseverança” (MPF Ofício nº 894/2023 - ESS - 3º OFÍCIO). Outra reunião, em fevereiro de 2024, pôs em pauta o processo de tombamento e as medidas do pós-tombamento da coleção, inclusive as providências e diligências que devem ser adotadas para melhor conservação dos objetos (MPF Ofício nº 139/2024/GABPRM1/EGS - 3º OFÍCIO).

Entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, uma exposição de fotografias da coleção partiu da Casa do Patrimônio do Iphan-AL e percorreu diversos terreiros de Maceió e outras cidades.

Por fim, entre 21 e 24 de novembro de 2023, nas dependências do Ighal, foi realizado o diagnóstico do estado de conservação de cada peça, utilizando métodos organolépticos e documentação fotográfica. Avaliações detalhadas foram conduzidas por Ana Cláudia Magalhães e Virgínia Corradi, conservadoras-restauradoras de bens móveis do Iphan. Acompanharam os trabalhos integrantes do GT, técnicos do Iphan-AL, o historiador Anderson Almeida, o sociólogo Lucas Bernardes, a museóloga Tarsis Jager e a mestranda em Antropologia Social, Tamara Caetano. A produção do diagnóstico contou também com a colaboração de Mariana Marques, Curadora do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas e Coordenadora do Laboratório de Conservação e Restauração do Arquivo Central do Poder Judiciário. É importante notar que, de acordo com o diagnóstico, a maior parte das peças apresenta estado de conservação regular ou bom, mas aproximadamente um terço delas foi classificado com os indicadores “ruim” e “péssimo”.

Dirimidas as questões técnicas relativas à instrução do processo de tombamento, detalhadas no Parecer Técnico nº 4, 13 de junho de 2024, assinado por Raul Brochado Maravalhas, da Coordenação de Identificação e Temas Estratégicos do Depam, no mês seguinte foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 139, de 22 de julho de 2024, Seção 3, página 10, o Edital de Notificação do Tombamento da Coleção Perseverança, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, considerando a faculdade do(s) proprietário(s) de anuir ou impugnar a iniciativa, dentro do prazo de quinze dias do recebimento da notificação. Na mesma data, um ofício com igual teor foi dirigido a Jayme de Altavila, presidente do Ighal.

Por meio do ofício nº 021, de 6 de agosto de 2024, o Presidente Jayme de Altavila, o Vice-Presidente George Sarmento e o Secretário Perpétuo Álvaro Queiroz, do Ighal, reiteraram seu acordo com a proposta de tombamento da Coleção Perseverança, embora discordassem de algumas análises apresentadas pelo Iphan em seu parecer conclusivo. Diante disso, foi agendada para o dia 13 de setembro de 2024 uma reunião virtual entre as equipes do Iphan e do Ighal, com a participação desta conselheira relatora do processo, a fim de dirimir qualquer questão que pudesse obstar o procedimento em curso. Isso posto, agendou-se a visita técnica ao Ighal para exame do bem a ser tombado, do qual trata o próximo item.

### **Caracterização da coleção e justificativas para seu tombamento**

Para caracterização do bem a ser tombado, remeto ao Parecer Técnico nº 3, datado de 23 de fevereiro de 2024 e assinado pelos servidores do Iphan-AL, Maicon Fernando Marcante, Thalianne de Andrade Leal e Lucas Paranhos Netto Bernardes. Trata-se de 211 objetos sagrados, saqueados de terreiros de xangô no evento do Quebra, em 1912. Preservados pelo Ighal desde 1950, esses objetos atualmente estão expostos em seis estantes do museu do instituto, localizado na Rua do Sol, 382, Centro, Maceió.

Na instrução do processo de tombamento, os 211 objetos foram arrolados em 12 conjuntos no Anexo I do referido parecer técnico, conforme o quadro a seguir.

CONJUNTO	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
Idés/ Pulseiras	Pulseiras de uso pessoal	52
Indumentárias	Acessórios de cabeça, bolsas, peitorais, pentes	26
Instrumentos Musicais	Ilu, ganzás, maracas, xeres, gonguês, sinetas/adjás	23
Objetos de Assentamento	Assentamentos de Xangô, Exu, Oxóssi, Ogum	18
Pertences e objetos representativos de Orixás	Espingardas, ferramentas, facões, xaxarás, revólver, lança, espada e espadim	18
Ofás	Paramento de Oxóssi	16
Abebês	Ventarolas de metal	15
Estatuetas	Oxalá, São Sebastião, Caboclo, Xangô, Ogum	11
Oxês	Oxês de Xangô	06
Muletas	Muletas de Xangô	04
Palmatórias	Palmatórias de madeira	04
Outros	Miniaturas, objetos unitários, garfos, figa, gamela	18
<b>TOTAL</b>		<b>211</b>

Como se depreende do parecer citado, embora seja possível identificar e avaliar objetos ou conjuntos de objetos específicos em relação aos seus aspectos etnográficos, estéticos ou históricos, o valor do bem cultural emana justamente da sua totalidade:

[...] o valor enquanto sacralidade - enquanto mediação sensível da ancestralidade - que se constitui na espinha dorsal de todo o processo de atribuição de valores em suas relevâncias histórica, etnográfica e estética emerge da totalidade dos 211 objetos que compõem a Coleção Perseverança. É essa totalidade que conforma o bem proposto para tombamento.

São, pois, os atributos da Coleção Perseverança, na íntegra, que sustentam a indicação do seu tombamento com inscrição no Livro de Tombo Histórico, no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e no Livro de Tombo das Belas Artes.

No que se refere ao valor histórico da coleção é inegável que, num plano imediato, ela é o testemunho material de um dos eventos mais marcantes da trajetória política alagoana – e brasileira, por extensão, ensinando-nos sobre movimentos ocorridos na Primeira República. Numa perspectiva mais abrangente, a própria formação da coleção pode ser compreendida pelo viés do racismo historicamente cultivado no Brasil, que fomentou e fomenta, até os dias atuais, uma série de ações repressivas aos terreiros e a outras práticas culturais da população africana e afrodescendente. Quer comandados por autoridades públicas constituídas sob o manto da legalidade, quer protagonizados por milícias à sombra da lei – como se tem visto recorrentemente nos últimos anos, em diversas regiões do país –, episódios de saque e destruição de objetos sagrados das religiões de matriz africana atravessam a trajetória histórica que remonta ao colonialismo e à escravidão. Trata-se, pois, de um patrimônio que expressa memórias sensíveis de dor e sofrimento.

O presente, porém, oferece possibilidades de escrever novas histórias a partir de coleções formadas no contexto de atos truculentos como o Quebra dos xangôs alagoanos. As experiências em curso em torno do Acervo Nosso Sagrado, atualmente preservado no Museu da República, após décadas de guarda no Museu da Polícia do Rio de Janeiro, talvez possam inspirar o que pode vir a ser construído para o futuro da Coleção Perseverança com a participação direta dos religiosos para quem os objetos nela contidos emanam do sagrado. No caso carioca, um Grupo de Gestão Compartilhada já participou da curadoria de duas exposições e de vários eventos sobre o Nosso Sagrado, e tem colaborado na produção de publicações em coautoria com acadêmicos sobre as experiências com o acervo no Museu da República.

No caso de Maceió, o movimento Xangô Rezado Alto já indica potenciais articulações da Coleção Perseverança com ações de valorização da presença e do legado das religiões de matriz africana em Alagoas. Destaca-se, aqui, a possibilidade de conversão do bem cultural constituído como fruto de saque e destruição em referência e patrimônio cultural dos povos de terreiro em Alagoas.

Movimentos como o citado também abrem canais de diálogo com diferentes atores sociais capazes de expandir as redes de significado em que se situam os objetos da coleção, ainda insuficientemente conhecidas. A esse respeito, o Parecer nº 3/2024

referencia pesquisas que indicam a conexão de certos objetos com cultos que desapareceram em Alagoas (Fontes, 2019), bem como com outros que se desenvolveram em outras localidades, como os candomblés da Bahia e a Nação Xambá em Pernambuco, por exemplo. Ademais, o referido parecer sugere ligações com grupos islamizados, vislumbradas a partir de objetos como barretes, bolsas e partes de assentamentos ornadas com estrelas de cinco pontas. Por fim, são aventadas prováveis ligações com maracatus e afoxés, sendo a coleção possível fonte de informação sobre essas e outras expressões culturais populares alagoanas. Tudo isso atesta a relevância etnográfica da coleção, uma vez que o aprofundamento de pesquisas sobre ela pode ajudar a informar sobre diversas práticas culturais. Em contrapartida, ela própria também será, certamente, beneficiada por etnografias capazes de contextualizar mais adequadamente suas peças.

Sobre o valor estético destas últimas, o antropólogo Raul Lody foi categórico ao afirmar que a Coleção Perseverança é “um rico memorial da estética africana e é também referência para o amplo imaginário afrodescendente”, constituindo “uma das mais importantes coleções de objetos de matriz africana reunida no Brasil, e da diáspora nas Américas e Caribe”. Uma pertinente discussão pautada em estudos sobre a arte africana e afrobrasileira é vislumbrada no parecer de tombamento, não deixando dúvida acerca do valor das artes cultivadas nos terreiros, apesar da carência de informações relativas à confecção das peças da coleção. Sobre esse aspecto, o GT instituído em Maceió para subsidiar o processo de tombamento expressou ser impossível “discutir a estética das peças sem se aproximar do universo religioso, sem abordar as referências culturais de beleza”. Nesse sentido, o tombamento da coleção desafia os cânones eurocêntricos das artes e a própria tradição institucional do Iphan quanto às inscrições no Livro de Tombo de Belas Artes. Por isso mesmo, honrando o compromisso de reparação histórica dos danos causados às populações afrodescendentes no Brasil, o tombamento em questão deve ser consumado.

### **Conclusões e diretrizes pós-tombamento**

Resumidos, na seção anterior, os aspectos históricos da constituição da Coleção Perseverança, os trâmites do processo de tombamento e os argumentos relativos à relevância histórica, etnográfica e estética do conjunto de objetos que a compõem, retomo os pareceres técnicos nº 3 e nº 4, de fevereiro e junho de 2024, respectivamente, para assinalar que o tombamento da Coleção Perseverança preenche perfeitamente os critérios listados no Art. 31 da Portaria Iphan nº 375/2018, a saber:

1. Critério III - Representar uma tradição cultural viva ou desaparecida que exemplifica grupos formadores da sociedade brasileira;
2. Critério IV - Representar ou ilustrar um estágio significativo de grupos formadores da sociedade brasileira;
3. Critério – Representar modalidades da produção artística oriunda de um saber advindo da tradição popular e da vivência do indivíduo em seu grupo social.

A instrução técnica do processo, por sua vez, observou os seguintes princípios elencados no Art. 2º da referida portaria: da humanização, no sentido da garantia da cidadania e da dignidade da pessoa humana; da indissociabilidade entre os bens culturais materiais patrimonializados e as comunidades que os têm como referência; da ressignificação dos bens culturais, que não devem ser entendidos como limitados a registrar o passado; da colaboração entre o poder público e a sociedade; da participação ativa da sociedade na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material; e do respeito às diversidades locais e regionais. O GT composto de religiosos, pesquisadores e membros da sociedade civil é, certamente, a maior expressão da incorporação desses princípios no processo de tombamento.

É importante assinalar que, de acordo com a política nacional de patrimônio material, os mesmos princípios deverão seguidos no pós-tombamento. Para tanto, resumo algumas das diretrizes apresentadas nos pareceres supracitados, elaboradas a partir da análise técnica do Iphan e do diálogo no âmbito do GT.

1. Implantar a gestão compartilhada da Coleção Perseverança por meio da formalização de um Comitê Interinstitucional de Gestão, congregando o Iphan, o Ighal e das institucionalidades representadas no GT, e de um protocolo de compromissos entre as partes envolvidas;
2. Seguir e propagar o entendimento de que a coleção compreende objetos sagrados e sacralizados, sendo necessário definir protocolos religiosos e ritualísticos seu para manuseio, organização e conservação;
3. Revisar a exposição das peças, corrigindo e complementando legendas, e explorando interpretações alternativas dos objetos e narrativas contra-hegemônicas baseadas na ampliação de pesquisas etnográficas e no conhecimento de religiosos;
4. Consolidar e publicar o dossiê da Coleção Perseverança iniciado durante o processo de participação social de religiosos no Grupo de Trabalho;

5. Elaborar material de difusão para distribuição em escolas e casas de axé, assim como uma exposição virtual da coleção com inclusão de conhecimentos produzidos por religiosos;
6. Apoiar a realização de mapeamentos participativos de terreiros em Alagoas, valorizando a oralidade como fonte de conhecimento sobre a coleção;
7. Articular, no nível do Comitê Interinstitucional de Gestão da Coleção Perseverança, medidas para suprir demandas apresentadas pelo GT, que transcendem a esfera de ação do Iphan.

Diante do exposto, não poderia findar este parecer sem um voto favorável ao tombamento e à inscrição da Coleção Perseverança no Livro de Tombo Histórico, no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e no Livro de Tombo das Belas Artes. Espero que o tombamento, por vezes instituto tão controverso, venha contribuir para fazer justiça, assegurando aos povos de terreiro de Alagoas o direito à memória e à verdade, e estimular a construção paz entre os entes ligados ora por um ato originário de tamanha violência como o Quebra dos Xangôs.

## Referências

- ADINOLFI, Maria Paula. *Ofício ao Ilmo. Superintendente do Iphan em Alagoas Sr. Mário Aloísio Barreto Melo*. [S.l.], 5 de janeiro de 2011.
- ALMEIDA, Anderson D.. Nas cinzas da Coleção Perseverança, a memória arde: a mão afro-alagoana além da quebra do xangô. 2021. 525f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de Andrade. *Legba: a guerra contra o Xangô em 1912*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
- ARAÚJO, Clébio Correia de. O candomblé nagô em Maceió: itinerário de uma identidade em construção. *Cadernos de Pesquisa e Extensão*, Arapiraca, v. 1, 2009.
- DUARTE, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais/SENEC, 1974.
- FERNANDES, Gonçalves. *Sincretismo religioso no Brasil*. Curitiba: Guaira Ltda., 1941.
- FONTES, Larissa. *Anthropologie d'un musée silencieux : La Collection Persévérance et les enjeux de mémoire autour du xangô alagoano* (Maceió – Brésil). 2019. 620f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculté d'Anthropologie, de Sociologie et de Sciences Politiques, Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2019.

LODY, Raul. *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano*. Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.

MARCANTE, Maicon. *Coleção Perseverança: uma etnografia da mediação no processo de patrimonialização*. 2023. 200f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

RAFAEL, Ulisses N.. Um pedido de perdão e o Xangô Rezado Alto: apropriações da memória e estratégias retóricas no Centenário do Quebra de 1912. *Revista del CESLA*, v. 26, p. 291-306, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2020.26.291-306>

\_\_\_\_\_. Conflitos políticos e intolerância religiosa em Alagoas na Primeira República. *Antropolítica*, v. 1, p. 203-223, 2009.

\_\_\_\_\_. *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República*. 1. ed. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe/Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2012.